



## **A missão da igreja e o movimento de unidade na perspectiva pentecostal**

*The church's mission and the unity movement from a Pentecostal perspective*

**David Mesquiati de Oliveira**<sup>512</sup>

*Docente no PPG de Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória*

**Resumo:** O texto aborda os desafios no diálogo entre igrejas pentecostais latino-americanas e o movimento ecumênico. Destaca a resistência ao termo “ecumênico” e a natureza descentralizada das igrejas pentecostais. Ressalta a importância de esclarecer o significado do movimento de unidade cristã, abordando a falta de compreensão histórica e examina as estruturas pentecostais no Brasil. No contexto do documento do Conselho Mundial de Igrejas *The Church: Towards a Common Vision* (TCTCV), destaca a afinidade com a eclesiologia pentecostal. Analisa as restrições estatutárias às participações em movimentos ecumênicos e propõe ajustes na linguagem. Na segunda parte, enfatiza a convergência nas áreas missionária e diaconal, sublinhando o ímpeto missionário e a descentralização da diaconia nas igrejas pentecostais. Sugere autocritica para ampliar o alcance social, indo além da evangelização. Na última parte, responde a perguntas de debate sobre o documento, destacando a complementaridade entre liberdade de expressão e resposta, identificando o desafio na acolhida crítica das respostas dos ouvintes. Propõe maior coordenação na ação social pentecostal e enfatiza a importância da TCTCV na promoção da unidade, superando barreiras formais através da vivência e colaboração cotidiana entre as igrejas.

**Palavras-chave:** Pentecostalismo. Igreja. Missão. Unidade cristã.

**Abstract:** The text addresses the challenges in the dialogue between Latin American Pentecostal churches and the ecumenical movement. It highlights resistance to the term "ecumenical" and the decentralized nature of Pentecostal churches. Emphasizing the importance of clarifying the true meaning of the Christian unity movement, it addresses the lack of historical understanding and examines Pentecostal structures in Brazil. In the context of the World Council of Churches' document "The Church: Towards a Common Vision" (TCTCV), it highlights the affinity with Pentecostal ecclesiology. It analyzes statutory restrictions on participation in ecumenical movements and proposes adjustments to the language. In the second segment, it emphasizes convergence in missionary and diaconal areas, underscoring the missionary drive and decentralization of diaconal

---

<sup>512</sup> Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com pós-doutorado na mesma instituição e no Princeton Theological Seminary. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória. Coordenador da RELEP Brasil (Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais). E-mail: david@fuv.edu.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5091-9563>

activities in Pentecostal churches. It suggests self-critique to expand social impact beyond evangelization. In the final part, it responds to debate questions about the document, emphasizing the complementarity between freedom of expression and response, identifying the challenge in critically receiving listeners' responses. It proposes greater coordination in Pentecostal social action and emphasizes the importance of TCTCV in promoting unity, overcoming formal barriers through daily experiences and collaboration among churches.

**Keywords:** Church. Mission. Christian Unity.

## Introdução

No início de 2019, o Conselho Mundial de Igrejas, por meio da Comissão Fé e Ordem, organizou um painel de reflexão teológica na América Latina, escolhendo o Brasil como sede para esse encontro. O evento reuniu diversas igrejas com o propósito de discutir a viabilidade de uma eclesiologia comum, isto é, a construção de uma compreensão e prática eclesial que promova a convivência harmoniosa das igrejas no continente e no mundo. A intenção do encontro é publicar uma obra abrangente em inglês que apresente os resultados das discussões realizadas em diversas regiões do globo. O texto que segue é uma versão em português da contribuição do autor nesse evento internacional.<sup>513</sup>

Na qualidade de pastor e teólogo pentecostal, é com grande satisfação que celebro a divulgação do documento *A Igreja: uma visão ecumênica* cuja versão em inglês é conhecida pela sigla TCTCV (*The Church: Towards a Common Vision*), a qual utilizaremos ao longo deste texto. Engajar-me na tarefa de promover sua aceitação entre as igrejas latino-americanas revela-se um desafio instigante e significativo.

Após uma cuidadosa leitura da TCTCV, destaco a profundidade e a natureza colaborativa dessa reflexão, identificando diversos elementos que ressoam de maneira notável com a eclesiologia pentecostal. Ao mesmo tempo, reconheço a presença de outros elementos que, embora não sejam tão comuns nas igrejas pentecostais, enriquecem o diálogo interdenominacional.

A convergência entre a visão ecumênica expressa na TCTCV e a perspectiva pentecostal abre espaço para uma compreensão mais ampla e inclusiva da Igreja como corpo de Cristo. Esse diálogo promissor não apenas destaca os pontos em comum, mas também desafia as igrejas pentecostais a considerarem novas nuances em sua própria eclesiologia.

Nesse contexto, encaro a promoção da TCTCV nas igrejas latino-americanas como uma oportunidade para fortalecer laços eclesiais, promover a compreensão mútua e cultivar uma unidade que respeite e valorize a diversidade. Este processo, além de enriquecer a fé pentecostal, contribui para o fortalecimento da unidade na busca por uma visão comum da Igreja.

Preciso destacar ao menos duas questões que surgem como obstáculo a uma devida apropriação do documento por parte dos pentecostais. Em primeiro lugar, a própria nomenclatura *ecumênico* que não goza do devido sentido positivo em ambientes pentecostais e mesmo em outras igrejas latino-americanas. Em segundo, a

---

<sup>513</sup> World Council of Churches. Faith and Order. *Towards a Global Vision of the Church*. Vitória-ES, 18-22 March 2019.

característica de *igrejas-livres*, preponderante nas igrejas pentecostais, imprimindo-lhes uma dinâmica distinta das igrejas em outras regiões do planeta. Na primeira parte do texto descreveremos esses dois elementos inibidores de uma acolhida mais ampla no curto prazo. Na segunda parte, analisaremos os capítulos I e IV do documento em relação à percepção dos pentecostais sobre Missão e Diaconia da Igreja. Na última parte nos concentraremos nas quatro questões iniciais propostas para o diálogo na cidade de Vitória (Brasil) em 2019.

### **1 Inibidores do diálogo: linguagem e conversionismo**

Destacarei apenas dois inibidores do diálogo, mas se formos observar com mais cautela, encontraremos mais obstáculos. No entanto, cremos que esses dois estão na raiz dos demais inibidores do diálogo. O simples fato de algum líder pentecostal declarar-se “ecumênico” tem como consequência ser repelido pelo grupo. Para muitas igrejas latino-americanas ser ecumênico é ser “liberal”, uma classificação arbitrária criada pelo senso comum para rejeitar ideias contrárias ao *status quo*. A partir dessa desinformação ser ecumênico é defender a volta do protestantismo ao catolicismo fundindo todas as igrejas em uma superestrutura mundial controladora. Além disso, as igrejas ecumênicas seriam mais “progressistas”, outro termo arbitrário e dualista para causar divisão entre “eles e nós”, sendo “nós” o *bem* e “eles” o mal. Questões de gênero, ministério pastoral feminino, lutas das minorias, lutar pela transformação social, entre outras importantes questões, são engavetadas dentro dessa pecha *liberal e progressista*, associada ao *ecumênico*. Como exemplo, o estatuto e regimento interno das Assembleias de Deus no Brasil, a maior denominação evangélica com mais de 12 milhões de membros, proíbe que seus Ministros tenham relação com o ecumenismo. Quando um importante documento como esse do Conselho Mundial de Igrejas usa a expressão “ecumênico”, antes de ser lido pelos pentecostais, corre o risco de já ser descartado.

As Assembleias de Deus no Brasil estão divididas em quatro grandes grupos amplamente distribuídos no território nacional. O primeiro está representado na Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), formado por dezenas de milhares de pastores e milhares de igrejas. O segundo grupo é a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil Ministério Madureira (CONAMAD), tão grande quanto o primeiro. O terceiro, Convenção das Assembleias de Deus no Brasil (CADB), embora fruto de uma divisão recente na CGADB em 2017, já nasceu com dezenas de milhares de pastores e igrejas. O quarto grupo é formado por milhares de pastores e igrejas, mas sem uma vinculação institucional com as demais igrejas Assembleias de Deus. Isto é, esse quarto grupo é mais autônomo, utilizando o nome da igreja, mas com liderança local independente. No tocante ao assunto em voga, o que esses grupos têm em comum é a perspectiva negativa sobre o movimento ecumênico.

O Estatuto da CONAMAD rege no artigo 12, inciso XIII, sobre os deveres do Ministro assembleiano: “Rejeitar movimentos ecumênicos discrepantes dos princípios adotados pela Carta de Princípios Doutrinários da CONAMAD”. No capítulo sobre as “vedações”, o termo ecumênico reaparece com o mesmo tom limitante. No caso do Estatuto da CGADB as restrições são mais abrangentes. O artigo 9 tem como *caput*: “É vedado aos membros da CGADB”, e regulamenta no inciso IV de forma taxativa: “[é vedado] vincular-se a movimento ecumênico”. Aqui vai a primeira sugestão para um diálogo a curto prazo com as igrejas pentecostais brasileiras: adaptar a linguagem. Ao

invés de utilizar a expressão *ecumênico* usar a expressão *unidade, convivência*, entre outros. A médio e longo prazo, a sugestão é investir na formação de novas lideranças e na aproximação fraterna.

É preciso conscientizar as igrejas e as novas lideranças sobre o que é ecumenismo para desfazer alguns mal-entendidos. Muita dessa resistência das igrejas pentecostais tem a ver com o fato desses grupos ignorarem a história do movimento ecumênico e suas realizações positivas na história da Igreja e no serviço ao mundo. Incentivar novas pesquisas de mestrado e doutorado em instituições mais abertas por meio de bolsas de estudo, além de auxiliar na formação dos novos líderes a partir dos cursos de graduação em Teologia, permitirá uma formação crítica e mais ampla dos novos quadros dessas igrejas. Não é só uma questão de semântica ou etimologia, mas de linguagem, de aprofundar os canais de comunicação com essas novas igrejas.

O segundo inibidor está relacionado com a própria conjuntura das igrejas latino-americanas que é muito diferente das igrejas europeias e das regiões em que as igrejas estão organizadas de forma institucional e territoriais. Na América Latina as igrejas pentecostais seriam classificadas como *igrejas livres*, isto é, não são igrejas oficiais do Estado e nunca tiveram uma relação mais direta com o Estado, sobretudo porque eram minorias e atuavam como grupos reformistas religiosos, focados em temas específicos da fé cristã, sem um projeto definido de nação. Nas últimas décadas, ao perceberem seu capital político, essas igrejas têm mudado sua relação com os jogos de poder. Voltaremos a este tema mais adiante.

Tomando a Reforma protestante do século 16 como parâmetro, as igrejas pentecostais estariam mais identificadas com a chamada Reforma Radical, a partir de lideranças espiritualistas como Andreas Karlstadt, Thomas Müntzer, entre outros, do que com a chamada Reforma Magistral de Lutero, Calvino e Zwinglio. Como os espiritualistas do século 16 e seguintes, as igrejas pentecostais hoje assumem uma iluminação interior a partir do Espírito Santo e uma eclesiologia comunitária, autônoma e regionalizada. Isso permite novos diálogos com as culturas locais, gerando adaptação e diferenciação em relação às demais igrejas. Há uma radicalidade da vivência do evangelho no ambiente comunitário e local, com poucas articulações nacionais e na relação com as demais igrejas. Com esse foco na ação comunitária local, a visão para o exterior dessas igrejas se dará na perspectiva da missão como conversão e como convencimento de pessoas a seguirem as suas posturas particulares. Quando buscavam o Estado não era para interferir nas políticas públicas, mas para fazer com que o Estado não prejudicasse sua atividade diária enquanto corporação. Portanto, a maioria dessas igrejas não tem a perspectiva de trabalho em conjunto com as demais igrejas da região. O foco era evangelização e a transformação de indivíduos.

A Assembleia de Deus no Brasil foi fundada em 1911. Um dos fundadores, Gunnar Vingren, publicou um texto-base sobre o credo dessa denominação em 1919 no periódico da denominação (na época *Boa Semente*, hoje *Mensageiro da Paz*). Em 1969 o jornal oficial da igreja passou a estampar uma súmula “Cremos” com 16 curtos artigos de fé e cerca de 700 palavras. Somente em 2017, isto é, mais de 100 anos depois da sua fundação, é que a denominação foi produzir um documento oficial mais aprofundado sobre questões doutrinárias, chamado de *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*. Nessa versão tardia, o texto tem cerca de duzentas páginas e amplia o credo denominacional. É possível perceber que essa igreja não se rege via documentos e declarações, tendo primazia as citações de trechos bíblicos para validar os argumentos.

A característica de ser descentralizada e com aspectos convercionistas faz das igrejas pentecostais da América latina um tipo de igreja distinto para as quais os documentos oficiais têm pouco a dizer. Sejam os documentos externos, sejam os internos, porque as instituições não são fortes, prevalecendo estruturas de poder paralelas. No caso das Assembleias de Deus no Brasil, ela não é uma igreja que se rege por documentos e declarações oficiais. Percebe-se que não há uma cultura de documentos e de diretrizes nacionais para a condução do trabalho deixando o foco das ações em termos locais, nos chamados Ministérios, que são agrupamentos de igrejas liderados pela figura do chamado pastor-presidente. Os pastores-presidentes são os centros de poder da denominação, podendo decidir sobre o uso de recursos e conduzir o respectivo conjunto de igrejas com relativa autonomia.

Além disso, muitas igrejas na Europa, por exemplo, mantêm uma característica de igrejas territoriais, às quais a pessoa se filia por nascimento e pelo batismo infantil. Nas igrejas pentecostais da América Latina, ao contrário, a pertença se dá por uma decisão de adultos em resposta a um convite para pertencer a essas igrejas, e com isso há, inclusive, rebatismo, pois muitas dessas igrejas não aceitam o batismo infantil e nem o batismo por aspersão. Dessa forma, há nas igrejas pentecostais uma dinâmica em busca de novos membros e por crescimento que acaba gerando uma disputa com as outras igrejas. O diálogo com elas não se dará pela via dos documentos e mesas de debate com delegados, pois eles dificilmente representarão a heterogeneidade das suas igrejas. Utilizar uma linguagem adequada e conhecer a história e o *modus operandi* dessas igrejas será crucial para que o documento TCTCV tenha a devida acolhida entre as igrejas pentecostais.

## **2 Missão e Diaconia: o conteúdo do documento TCTCV e a eclesiologia pentecostal**

Quanto ao conteúdo do documento, especialmente o capítulo I que trata da missão de Deus e da evangelização e o capítulo IV, “a igreja no mundo e para o mundo”, há muitas questões que são valorizados pelas igrejas pentecostais. Em primeiro lugar destaca-se a questão do ímpeto missionário que projeta as igrejas pentecostais no mundo. A partir da sua experiência pentecostal elas se lançam em um intenso programa de difusão da salvação de Cristo Jesus a todos os povos. Essa característica missionária tem gerado um ativismo muito forte e um senso de urgência nas igrejas para a proclamação do evangelho. As igrejas pentecostais se lançam ao mundo para evangelizar tanto localmente quanto enviando missionários para o exterior. Em segundo lugar está a diaconia que tem características próprias, também diferente das demais igrejas, nas quais a diaconia se organiza por meio de departamentos nacionais e desenvolvem projetos por meio de profissionais. Nas igrejas pentecostais o serviço ocorre de maneira dispersa e a partir da proatividade dos seus membros. Essa descentralização do serviço e a sua ampla capilaridade tem feito da ação social realizada pelas igrejas pentecostais um forte elemento de assistência na comunidade em que estão inseridas.

Em meio às periferias marcadas pela violência urbana e pela ausência do Estado as igrejas pentecostais desempenham um papel de acolhimento e de segurança para as pessoas. Essas igrejas cooperam para a restauração das famílias por meio de comportamentos sociais austeros. Auxiliam indivíduos a saírem do alcoolismo e da drogadição por meio do apoio comunitário no templo e de inúmeras e pequenas casas

de recuperação, por exemplo. Alimentados pelo fervor religioso expresso na alta frequência aos templos, várias vezes por semana, cooperam para a valorização do indivíduo enquanto pessoa e sujeito social. Seus membros desenvolvem uma intensa atividade de visitação nos lares, hospitais e presídios gerando uma cadeia complementar de cuidado motivados pelo Evangelho e pelo poder do Espírito.

Sem estruturas diaconais organizadas e fortes essas igrejas não deixam de realizar um trabalho intenso e positivo em todo o território nacional. É possível afirmar que as igrejas pentecostais desempenham um importante papel no serviço social dedicado à sociedade, movido pelo chamado divino e pela missão de Deus. Ao mesmo tempo, é provável que se esse trabalho fosse organizado de forma institucional e centralizada não alcançaria os mesmos resultados que essa disponibilidade típica das comunidades pentecostais movida pelo elemento religioso na América Latina. Com isso não fazemos aqui apologia à improvisação ou uma negação da importância dos profissionais na área da diaconia. Apenas buscamos mapear o modo de ser dessas igrejas e o impacto que elas têm causado na região.

Há um longo trabalho de autocrítica em relação ao trabalho de evangelização e ação social das igrejas pentecostais que elas precisam fazer para ampliar seu alcance e poder de transformação. Também precisa de autocrítica para pensar sua relação com às demais religiões, considerando o pluralismo religioso e as escolhas político-partidárias. Quanto ao primeiro é preciso avançar de uma ajuda paliativa e assistencial para uma crítica às estruturas de opressão em vistas não só ao serviço cristão, mas a uma profunda transformação social e pensar em organizar um pouco mais esse trabalho para que tenha uma distribuição mais equitativa e possa ser avaliado com mais precisão por meio de indicadores.

No tocante à evangelização dos demais grupos religiosos, especialmente as religiões africanas e afro-brasileiras, requer-se uma nova postura que não demonize o outro, mas que ao contrário, perceba cada religião a partir de seu estatuto salvífico próprio e até como parte do plano de Deus, isto é, as religiões como resposta a uma provocação de Deus. As diferentes religiões bem como as diferentes culturas existem em face da diversidade da própria criação de Deus e podem ser compreendidas em seu aspecto complementar. Dessa forma, a missão deve ser desempenhada com respeito e buscando compreender o quê de Deus já está presente nas culturas e nas outras religiões. Daí que o diálogo inter-religioso se apresenta como um grande desafio para a captação da riqueza revelacional de Deus.

Quanto aos aspectos políticos partidários, por sua vinculação às agendas ultraconservadoras em moralidade, as igrejas pentecostais, bem como a maioria das religiões brasileiras, ficaram reféns nas últimas décadas das manipulações dos jogos políticos que utilizaram temas sensíveis da moral puritana como uma cortina de fumaça para ocultar a desumanização dos projetos políticos e econômicos que degradam o meio ambiente e promovem mais desigualdade. Acabam prevalecendo projetos de poder que se contrapõem frontalmente contra os preceitos do evangelho de Jesus, que é justiça, amor e paz. Aqui também é um setor que carece de pesquisas aprofundadas e de formação crítica para os próximos anos.

### **3 Questões iniciais para o debate**

Apresentamos a seguir respostas breves às questões levantadas para discussão no painel.

*De que maneira a TCTCV reflete uma visão ou entendimento pentecostal da Igreja e de sua missão?*

O TCTCV reflete de maneira positiva o desafio que a missiologia pentecostal vem enfrentando, que é o de ampliar sua perspectiva missionária. Chaves de leituras bíblicas e teológicas mais holísticas como “reino de Deus”, “Missão de Deus”, “cuidado da criação”, “o mandato da igreja”, “participação na obra divina de cura do mundo”, são reflexões que vêm ganhando mais espaço nas publicações missiológicas pentecostais recentes. Estamos todos de acordo com as afirmações do documento sobre a evangelização: “Todas as igrejas têm em comum a tarefa da evangelização” (capítulo I, B.7) e “a missão da Igreja no mundo é proclamar, em palavra e ação, a Boa Nova da salvação em Jesus Cristo (Mc 16.15). Isso quer dizer que a evangelização é uma das tarefas prioritárias da Igreja em obediência ao que Jesus ordenou (Mt 28.18-20)” (Capítulo IV, A. 59). Ao frisar “em palavra e ação” o documento chama a atenção para a promoção da justiça e da paz como *constitutivos* da evangelização. Com isso a evangelização não corre o risco de ser um ativismo corporativo e meramente espiritualizante.

*Onde estão as diferenças claras?*

O ímpeto missionário das igrejas pentecostais nem sempre é compreendido adequadamente. Como essas igrejas são relativamente novas e estão em processos identitários de diferenciação e de definição do que lhes é próprio, encaram o processo de evangelização como algo que se estende a todo o mundo, isto é, aos que não pertencem ao seu movimento particular. Com isso, acabam abordando membros de outras igrejas. Em um primeiro momento isso pode indicar que há uma falta de reconhecimento das demais igrejas como Igreja de Cristo. Ainda que existam alguns líderes que acreditam nisso, não creio que essa posição seja a que fundamenta a ação dessas igrejas. Os pentecostais se lançam em um processo intenso de evangelização motivados pela urgência do chamado missionário de Jesus. A chave para compreender essa ação não está na deslegitimação do outro, mas no senso do dever de compartilhar a fé. Assim, se tomarmos de forma apressada o conceito de proselitismo, poderemos reduzir todo o esforço proativo dessas igrejas como anulação da fé do outro. Ao contrário, se pensarmos com a chave das liberdades, poderemos perceber que, de um lado, os pentecostais devem ser livres para partilhar sua fé e convidar qualquer pessoa a ter uma experiência com Cristo, e de outro lado, os ouvintes devem ter salvaguarda sua liberdade de ouvir qualquer discurso. Nesse mundo de liberdades, há espaço para a fala e para a escuta. O esforço estará em respeitar a livre resposta do outro como legítima. Então creio que o desafio para as igrejas pentecostais não é o de falar menos ou de ser menos ativo na evangelização, mas o de trabalhar de forma crítica a acolhida da resposta do outro diante do seu discurso. Além disso, é preciso que as igrejas pentecostais ampliem sua noção de promoção de justiça e de paz, envidando todos os esforços para além das palavras. Sobre isso elas desenvolveram uma diaconia descentralizada e de livre iniciativa dos seus membros. O ponto positivo é que têm ampla capilaridade e atingem um sem-número de pessoas, o que também poderia explicar seu crescimento robusto. O negativo é que falta mais coordenação integrada nessa ação e melhor distribuição dos recursos, pois as iniciativas locais nem sempre gozam dos recursos necessários para desempenhar sua função. A crença no batismo

com o Espírito Santo como uma capacitação sobrenatural do Espírito tem sido um instrumento poderoso na evangelização pentecostal.

*O que está faltando no TCTCV a partir da sua perspectiva?*

O TCTCV se mostrou um documento completo. Pensando a América Latina e os modelos eclesiais vigentes marcados por uma alta frequência ao templo, gostaria de ter lido algo sobre como as igrejas em outras partes do mundo lidam efetivamente diante do processo de secularização. Nos últimos anos tem crescido uma parcela de pessoas que se identificam como *desigrejados*, um grupo heterogêneo, mas que teria em comum a não vinculação formal a uma igreja institucional. Alguns até se reúnem de maneira informal, mas há os que não o fazem, sob o pretexto de se viver a fé encarnada no mundo. Nesse sentido, creio que faltou aprofundar a reflexão sobre os “novos desafios à missão e à identidade da Igreja” (Capítulo I, B.7).

*Como a TCTCV pode expandir uma visão pentecostal da missão da Igreja?*

A TCTCV tem um papel muito importante em relação às igrejas pentecostais. Em primeiro lugar o de auxiliar as igrejas pentecostais na percepção da presença de outras igrejas, igualmente interessadas na missão e vocacionadas por Deus para o serviço. A Igreja de Cristo é maior que nossas instituições e se realiza na história de diversas formas. Sentar-se à mesa com diferentes igrejas é um convite fraterno e que potencializa o cumprimento do nosso chamado cristão. Em segundo lugar e vinculado ao primeiro, o documento ajuda a caminhar em unidade e testemunho comum. Construir intencionalmente laços de fraternidade e parcerias.

## **Conclusão**

Concluo destacando que a compreensão adequada das igrejas pentecostais como entidades livres, missionárias e autóctones representa um desafio significativo ao se considerar a convergência entre elas. Para abordar essa construção e fomentar o diálogo, torna-se imperativo aprimorar a comunicação, utilizando uma linguagem que possa estabelecer pontes e procurar colaborações conjuntas no reino de Deus.

Além disso, ao refletir sobre a própria realidade das igrejas pentecostais, que muitas vezes não se pautam por documentos formais ou declarações oficiais, é crucial explorar iniciativas que ultrapassem os limites desses registros. Podemos vislumbrar a construção de caminhos de unidade que emergem não apenas de documentos normativos, mas, sobretudo, da vivência e convivência cotidiana entre as igrejas e projetos em prol do bem comum.

Portanto, para promover uma convergência efetiva entre as igrejas pentecostais, é necessário não apenas reconhecer as diferenças, mas também criar espaços e oportunidades para o compartilhamento de experiências, ações colaborativas e o estabelecimento de laços mais profundos. Dessa maneira, poderemos construir uma unidade que se origina não apenas de princípios formais, mas também da rica diversidade e comunhão prática entre as igrejas.

## **Referências**

OLIVEIRA, D. M. A linhagem reformista dos pentecostais na Reforma Radical espiritualista do século XVI. In: Gedeon Freire de Alencar; Daniel Barros de Lima; Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa. (orgs.). *Reforma protestante e*

*pentecostalismo: divergências e convergências.* Vitória-ES; Manaus-AM: Unida/RELEP; Faculdade Boas Novas, 2017, v. 1, p. 13-24.

OLIVEIRA, D. M. Assembleianismos na Periferia Capixaba: aspectos gerais e teológicos. In: David Mesquiati de Oliveira; Ismael de Vasconcelos Ferreira; Maxwell Pinheiro Fajardo. (orgs.). *Pentecostalismos em perspectiva.* São Paulo: Terceira Via; RELEP, 2017, p. 421-431.

OLIVEIRA, D. M. Der Heilige Geist und die Reformation: Luther, die Spiritisten seiner Zeit und die Pfingstler heute. *Interkulturelle Theologie - Zeitschrift für Missionswissenschaft*, Hamburg, v. 45:4, p. 380-393, 2019.

OLIVEIRA, D. M. Mais que Espiritual, Unidade Visível: unidade cristã a partir de Efésios 4.1-6. In: David Mesquiati de Oliveira. (org.). *Pentecostalismos e Unidade: desafios institucionais, teológicos e sociais.* São Paulo: Fonte, 2015, v. 1, p. 135-144.

OLIVEIRA, D. M. Notas sobre pluralismo, diálogo inter-religioso e missão. *Atualidade Teológica*, v. 2016, p. 307-337, 2016.

OLIVEIRA, D. M. Os Dons na Vida e na Missão da Igreja. In: Adriano Lima; Moab César Carvalho Costa; Valdinei Ramos Gandra. (orgs.). *O Espírito e as Igrejas.* São Paulo: Recriar; RELEP, 2018, p. 46-50.

OLIVEIRA, D. M. Os pentecostais e a mesa de debate: o caso do Fórum Pentecostal Latino-Americano e Caribenho (FPLC). *Azusa - Revista de Estudos Pentecostais*, v. IV, p. 9-22, 2013.

OLIVEIRA, D. M. Os pentecostais também podem cantar juntos 'Louvado sejas, meu Senhor'. In: Claudio de Oliveira Ribeiro. (org.). *Evangélicos e o Papa: olhares de lideranças evangélicas sobre a Encíclica Laudato Si, do Papa Francisco.* São Paulo: Reflexão, 2016, v. 1, p. 81-86.

OLIVEIRA, D. M. Profetismo bíblico e profetismo pentecostal: um chamado à transformação social. In: David Mesquiati de Oliveira. (org.). *Pentecostalismos e Transformação Social.* São Paulo: Fonte, 2013, v. 1, p. 39-63.

OLIVEIRA, D. M. Reflexões sobre a convivência entre pentecostais e católicos no início do século 21. In: Claudio de Oliveira Ribeiro. (org.). *Evangélicos e católicos: encontros e desencontros no século 21.* São Paulo: Reflexão, 2016, v. 1, p. 165-177.

OLIVEIRA, D. M.; ROCHA, A. R. Pentecostalismo e empoderamento de identidades marginalizadas. *Revista Pistis & Práxis: Teologia e Pastoral*, v. 10, p. 722-741, 2018.

OLIVEIRA, D. M.; ROCHA, A. S. Teologia da missão e violência: Superar a violência interna e agir energeticamente contra a injustiça. *Revista Pistis & Práxis: Teologia e Pastoral*, v. 10, p. 144-166, 2018.

OLIVEIRA, D. M.; TERRA, K. R. C. *Experiência e hermenêutica pentecostal.* Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

WORLD COUNCIL OF CHURCHES. Faith and Order. *Towards a Global Vision of the Church.* Geneva, Switzerland: WCC, 2013.